



Prefeitura Municipal de Claro dos Poções - MG

Rua Cachoeira, 56 - Centro - Claro dos Poções-MG - CEP: 39.380-000
Fone: (38) 3237-1157 / 3237-1301 / Fax: (38) 3237-1123 / 3237-1177
E-mail: gabinete@clarodospocoos.mg.gov.br
CNPJ: 21.498.274/0001-22



LEI Nº 355 / 2010.

Autoriza a doação de material de construção e o fornecimento de mão-de-obra a pessoas carentes em situação emergencial de natureza habitacional e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Claro dos Poções, Estado de Minas Gerais aprovou, e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece condições e critérios para doação de material de construção e o fornecimento de mão-de-obra a pessoas carentes no âmbito do Município de Claro dos Poções, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a doar material de construção e a fornecer mão-de-obra a pessoas carentes para atendimento à situação emergencial de natureza habitacional.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - material de construção ou material: o utilizado pela Prefeitura Municipal na construção de casas populares, no padrão simples, conforme Relação de Materiais e Serviços e Projeto Básico contidos nos Anexos I e II desta Lei, respectivamente;

Publicado por
afixação do dia
25/09/10 a 10/10/10
Aleruvia

*Assinado
Luter*



Prefeitura Municipal de Claro dos Poções - MG

Rua Cachoeira, 56 - Centro - Claro dos Poções-MG - CEP: 39.380-000
Fone: (38) 3237-1157 / 3237-1301 / Fax: (38) 3237-1123 / 3237-1177



II - mão-de-obra: a contratação por servidores ou contratados da Prefeitura Municipal para reparação ou construção da residência do Requerente em situação emergencial, se necessário, observada a legislação pertinente;

III - pessoa carente: a assim reconhecida em relatório sócio-econômico elaborado pelo Departamento Municipal de Assistência Social, de acordo com os princípios e normas pertinentes, que seja residente no Município;

IV - situação emergencial de natureza habitacional: a decorrente:

a) de caso fortuito, de força maior ou de fato não causado pelo Requerente que:

1. comprometa a estrutura física e a segurança de sua residência, tornando-a temporária ou definitivamente inviável para habitação;

2. submeta sua residência a risco iminente;

3. torne indispensável à realização de obra para conservar ou evitar a deterioração de sua residência;

b) de fato não previsto nos itens da alínea anterior que torne necessária a realização de obra para assegurar ao Requerente e à sua família condições adequadas de habitação, incluindo higiene, saúde e digna acomodação;

V - Requerente: a pessoa que requer a doação do material e/ou o fornecimento da mão-de-obra.

Art. 3º São condições para a doação de material e/ou o fornecimento da mão-de-obra:

I - a apresentação de requerimento de doação de material e/ou de fornecimento de mão-de-obra devidamente preenchido, datado, assinado e protocolado pelo Requerente junto ao Departamento Municipal de Assistência Social;

II - a classificação do Requerente como pessoa carente no relatório sócio-econômico elaborado para os fins desta Lei e subscrito por técnico designado pelo Departamento Municipal de Assistência Social.

III - a caracterização da situação emergencial da residência do

M. M. M.
[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Claro dos Poções - MG

Rua Cachoeira, 56 - Centro - Claro dos Poções-MG - CEP: 39.380-000
Fone: (38) 3237-1157 / 3237-1301 / Fax: (38) 3237-1123 / 3237-1177

E-mail: gabinete@clarodospoções.mg.gov.br
CNPJ: 21.498.274/0001-22



Requerente em laudo de vistoria, suscrito por engenheiro civil ou arquiteto designado pelo Departamento Municipal de Assistência Social;

IV - a existência de dotação orçamentária para cobertura das despesas decorrentes da doação do material ou do fornecimento da mão-de-obra;

V - a disponibilidade de recursos financeiros;

§1º Será sumariamente indeferido o requerimento:

I - que não esteja devidamente preenchido, datado, assinado ou protocolado pelo requerente;

II - que não contenha o relatório sócio-econômico e o laudo de vistoria a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo.

III - cujo relatório sócio-econômico classifique o Requerente como pessoa não-carente;

IV - cujo laudo de vistoria declare não caracterizada a situação emergencial da residência do requerente.

§2º São requisitos obrigatórios do relatório sócio-econômico:

I - a descrição da situação sócio-econômica do requerente;

II - a classificação do requerente como pessoa carente ou não-carente, nos termos da legislação pertinente;

III - a informação sobre a necessidade ou não do fornecimento de mão-de-obra pela Prefeitura Municipal, nos termos desta Lei;

§3º São requisitos obrigatórios do laudo de vistoria:

I - a declaração de caracterização ou não da situação emergencial da residência do requerente, com indicação expressa de sua previsão nos termos desta Lei;

II - a descrição sucinta da situação, subsidiada por fotografias do local;

III - em caso de dano, a sua classificação como reparável ou irreparável;

IV - a indicação estimativa do material necessário à reparação do



Prefeitura Municipal de Claro dos Poções - MG

Rua Cachoeira, 56 - Centro - Claro dos Poções-MG - CEP: 39.380-000
Fone: (38) 3237-1157 / 3237-1301 / Fax: (38) 3237-1123 / 3237-1177

E-mail: gabinete@clarodospoções.mg.gov.br
CNPJ: 21.498.274/0001-22



dano, se for o caso, de acordo com a relação de Materiais e Serviços contida no Anexo I desta Lei;

V - a fixação de prazo para desocupação, se for o caso, conforme o dano ou o risco verificado;

VI - a advertência sobre a necessidade ou não de demolição da residência, conforme o dano ou o risco verificado;

VII - a assinatura do engenheiro ou arquiteto designado pelo Departamento Municipal de Assistência Social.

§4º O laudo de vistoria será elaborado a requerimento do Departamento Municipal de Assistência Social, acompanhado de cópia do relatório sócio-econômico do respectivo Requerente, se classificado como pessoa carente.

§5º O fornecimento de mão-de-obra somente ocorrerá quando o requerente não dispuser de outros meios para obtê-la.

§6º Não será deferido o requerimento de doação de material e/ou fornecimento de mão-de-obra para a construção de nova residência quando o dano apurado na residência comprometida for reparável ou não esteja à mesma sujeita a risco iminente.

Art. 4º A doação de material para reparação ou construção de residência e o fornecimento de mão-de-obra previstos nesta Lei estão respectivamente limitados ao "Valor Total de Material" e ao "Valor Total de Mão-de-Obra" estabelecidos na Relação de Materiais e Serviços constante do Anexo I, utilizados pela Prefeitura Municipal de Claro dos Poções para a construção de 1 (uma) casa popular no padrão simples, conforme Projeto Básico disposto no Anexo II.

§1º Os quantitativos dos materiais doados para reparação ou construção de residência poderão ser maiores ou menores que os previstos nos itens do Anexo I, conforme as particularidades de cada caso, desde que não ultrapassem o limite prescrito no caput deste artigo.

§2º Os valores dispostos na Relação de Materiais e Serviços constante do Anexo I serão atualizados periodicamente pelo Departamento Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Sem prejuízo das normas da legislação pertinente, compete ao Departamento Municipal de Assistência Social a fiscalização, o

Assinatura



Prefeitura Municipal de Claro dos Poços - MG

Rua Cachoeira, 56 - Centro - Claro dos Poços-MG - CEP: 39.380-000

Fone: (38) 3237-1157 / 3237-1301 / Fax: (38) 3237-1123 / 3237-1177

E-mail: gabinete@clarodospoços.mg.gov.br

CNPJ: 21.498.274/0001-22



acompanhamento e a execução das obras de reparação ou construção de residências previstas nesta Lei.

§1º Deferido o Requerimento de doação e autorizada à entrega de material pela Chefe do Departamento Municipal de Assistência Social, o Departamento expedirá Termo de Recebimento de Material de Construção, conforme modelo contido no Anexo III desta Lei, que será assinado pelo Requerente.

§2º Assinado o Termo de Recebimento de Material de Construção, o Requerente assume responsabilidade exclusiva pela guarda, conservação e efetiva utilização do material recebido para a reparação ou construção de sua residência, ficando expressamente vedada a sua comercialização, permuta ou doação a terceiros, sob pena de responsabilidade do Requerente, com imputação automática do impedimento de receber nova doação de material e/ou o fornecimento de mão-de-obra da Prefeitura Municipal pelo prazo que esta fixar, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§3º Nas hipóteses em que o requerente dispuser de mão-de-obra própria ou de terceiros para a reparação ou construção de sua residência, fica pelos mesmos assumida toda a responsabilidade técnica da obra, observada a legislação pertinente.

§5º Não haverá nova doação para atendimento de uma mesma situação emergencial, decorrente da má utilização do material doado na execução da obra pelo requerente ou por terceiros.

§6º Concluída a obra de reparação do dano ou de construção, o Departamento Municipal de Assistência Social expedirá Termo de Recebimento Definitivo de Obra, conforme modelo contido no Anexo IV desta Lei, que será assinado pelo Requerente.

Art. 6º Fica vedada a transferência a terceiro, a qualquer título, pelo período de cinco anos, do imóvel contemplado com os benefícios desta Lei, quando o valor da obra for superior a 50% do valor total geral constante no anexo I.

Art. 7º Integram a presente Lei os seguintes anexos:

I- Anexo I: Relação de Materiais e Serviços;

II- Anexo II: Projeto Básico;

III- Anexo III: Termo de Recebimento de Material de Construção;



Prefeitura Municipal de Claro dos Poções - MG

Rua Cachoeira, 56 - Centro - Claro dos Poções-MG - CEP: 39.380-000
Fone: (38) 3237-1157 / 3237-1301 / Fax: (38) 3237-1123 / 3237-1177

IV- Anexo IV: Termo de Recebimento Definitivo de Obra.
E-mail: gabinete@clarodospoções.mg.gov.br
CNPJ: 21.498.274/0001-22



Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Claro dos Poções - MG, 27 de junho de 2010.


Maria das Dores de Oliveira Duarte

Prefeita Municipal


Luciano Marcelino Duarte

Procurador Jurídico Municipal

LEI SANCIONADA
EM 25 / 09 / 10
